

# 2º CADERNO

OPINIÃO

Expresso 10.05.2003

EDIÇÃO SEMANAL



Edição 1593

1º Caderno

**2º Caderno**

Única

Actual

Opinião

Edições Anteriores

Pesquisa

EDIÇÃO ONLINE

Semana  
Economia

Semana  
Internacional

Breves

Em off

## Turismo: uma nova fronteira

Pina Moura

«O turismo exige uma sólida e articulada parceria público-privado.»

Alterar tamanho

PORTUGAL vai acolher, de 14 a 17 de Maio, a realização da III Cimeira Mundial de Viagens e Turismo, promovida pelo World Travel & Tourism Council (WTTC). Tanto na Iª Cimeira (1997) como na IIª Cimeira (2000) houve lugar a importantes conclusões consubstanciadas na Declaração de Vilamoura I e II.

A IIIª Cimeira ocorre, porém, num novo enquadramento internacional que fará dela tudo menos um acontecimento de rotina.

Na verdade, depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, criou-se uma nova situação internacional caracterizada pela globalização da insegurança e da incerteza.

Tanto uma como outra atingem duramente os alicerces em que se funda a actividade turística: a tranquilidade e a mobilidade ao serviço do lazer, do descanso e do intercâmbio entre povos e culturas.

Por outro lado, ao contrário de 2000 — em que o ambiente económico nos EUA e na UE era de crescimento pujante e de confiança — agora, predomina um ambiente de arrefecimento do crescimento, de quebra de confiança, de indisfarçáveis sinais de crise em algumas das grandes economias.

Daí que a realização da IIIª Cimeira não pudesse ser mais oportuna. Ela permitirá reunir, à escala mundial, um grande fórum constituído por todos quantos contam na actividade do Turismo: líderes dos organismos internacionais ligados à actividade das viagens e turismo; representantes das organizações de cúpula desta indústria; os próprios membros do WTTC — organização privada constituída pelo universo dos 100 maiores líderes mundiais das grandes empresas de Viagens e Turismo; membros dos governos das áreas do turismo e da economia e outros responsáveis políticos.

O lema da Cimeira, «Building New Tourism», sintetiza bem esta ideia de virar de página, de enfrentar novos desafios, de encontrar novas respostas.

No novo contexto de globalização da insegurança e de incerteza económica é essencial reter que a construção de uma ordem internacional validada por critérios de legitimidade multilateral mas, também, por exigentes e operativos instrumentos de segurança, é decisiva para a criação de um ambiente favorável à consolidação e à expansão das actividades e dos fluxos turísticos.

Por outro lado, torna-se urgente uma reflexão estratégica sobre o turismo que densifique e clarifique não só o conceito como, também, reequacione a natureza das políticas públicas e as energias a mobilizar no sector privado.

Parece oportuno recordar, a este propósito, as ideias avançadas há alguns meses por Ernâni Lopes, no Congresso da CTP realizado no Estoril.

O turismo foi definido como «uma constelação complexa de serviços» destinada «à utilização do espaço para o preenchimento organizado dos tempos livres».

Aceitando esta síntese como ponto de partida, há um conjunto de consequências a assumir para a definição e o aprofundamento de novas estratégias e linhas de actuação tanto nas políticas públicas como no sector

ABERTURA

Opinião

- Cem por cento
- Em alta/em baixa
- O milagre económico português
- O ovo de Colombo
- Cavaco e a bênção
- Da aldeia à aldeia global
- Turismo: uma nova fronteira
- Concorrência atípica
- O mundo dos outros

» Cartas

Economia

Internacional

privado.

A primeira é a de que o turismo não é uma actividade residual, para onde se orientam recursos e empresários que não encontram outras aplicações.

Pelo contrário, o «produto-turismo» é de uma exigência, porventura única, no que respeita à mobilização de factores imateriais de competitividade nomeadamente quanto à qualidade, à diversidade, à inovação e à promoção.

A segunda é a de que, talvez como em nenhuma outra actividade económica, o turismo exige uma sólida, bem articulada e continuada parceria entre o sector privado e as políticas públicas.

O turismo não é nem deve ser o terreno para bizantinas discussões e estéreis afrontamentos políticos sobre essa necessidade. É perfeitamente evidente que as mais dinâmicas iniciativas privadas podem ser asfixiadas por políticas públicas que as bloqueiem ou inviabilizem. Assim como é claro que as melhores intenções das políticas públicas direccionadas ao turismo podem abortar se não forem capazes de mobilizar o espírito de risco empresarial do sector privado. Neste sentido a própria Cimeira é, em si mesma, um exemplo feliz e criativo de cooperação entre entidades públicas e privadas.

A terceira é que sendo reconhecida, cada vez mais e por um número cada vez maior de economistas portugueses, a importância do turismo em todos os domínios relevantes para a política económica (equilíbrio externo; geração de receita fiscal; criação de emprego; relançamento do investimento e das exportações) não se pode deixar de responder, em termos estratégicos a duas questões: Onde estamos? Onde queremos chegar?

Como lembrava, em artigo recente, o antigo secretário de Estado do Turismo Vítor Neto, é na Europa que se gera 60% de todo o turismo mundial, sendo que 90% dele é intra-europeu; é aqui, na Europa, que estão os nossos principais clientes (95% dos turistas que escolhem Portugal provêm da Europa, 85% dos quais vêm de cinco países e 50% da Espanha). É este mercado, não homogéneo e sempre em mutação, que temos de conhecer e trabalhar cada vez melhor.

Numa entrevista no último fim-de-semana, o actual secretário de Estado Luís Correia da Silva sublinhava a tendência crescente para a incerteza e para o «late booking», tanto por razões conjunturais relacionadas com a crise económica como por razões estruturais, como a cada vez maior utilização da internet nas reservas e confirmações, levar as pessoas a fazerem uma análise mais cuidada e completa da relação qualidade/preço dos destinos, em momentos pontuais e contínuos.

Tudo isto para sublinhar que o turismo será não apenas um dos elementos mais decisivos como, também, mais fascinantes das políticas microeconómicas para um novo padrão da economia portuguesa no século XXI.

Enviar 

Imprimir 

Comentar 